

A Gazeta 13/1/97 1B 169

Segunda
Noticiário Geral
 A GAZETA - Curitiba, 13 de Janeiro de 1997 - 1B

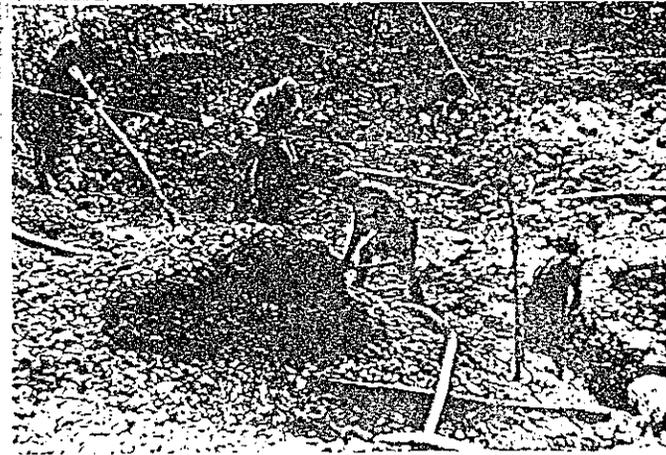
SEQUESTRO
 O culpado...
 Página 2

Planejamento para o Centro
 Página 2

Olimpíadas no Rio
 Página 3

FUTEBOL
 São Paulo vence Portuguesa por 3 x 1 e desponta como o melhor time entre os 40 da primeira fase da Taça São Paulo de Futebol Junior. Página 5

SARARÉ



Garimpeiros fazem fila por determinação da Polícia Federal, logo após a chegada dos agentes. Não houve resistência. Os poucos que insistiram em trabalhar tiveram que desligar as máquinas

Soldados pedem que não haja aglomerações

A atuação policial na reserva indígena tem conseguido alcançar os objetivos de desintração de forma pacífica. Os garimpeiros arrumam as malas e seguem para abrigos em Pontes e Lacerda. Na cidade, a situação está calma

Enviado Especial

Cerca de 170 policiais militares estão fazendo o policiamento ostensivo nas cidades de Pontes e Lacerda, Nova Lacerda, Comodoro e Vila Bela da Santíssima Trindade. A medida visa coibir o aumento da violência praticada por desempregados dos garimpos que invadiram essas cidades. A preocupação da polícia é tranquilizar a população com a "invasão" de mais de oito mil pessoas que estavam numa área de apenas 67.420 hectares e que agora estão sendo levados para as suas cidades de origem, em ônibus do Departamento de Viagem e Obras Públicas (DVOP).

O trabalho dos policiais está sendo chefiado pelo comandante do 6º Batalhão de Polícia Militar de Cáceres, coronel Adailton de Moraes. No sábado à noite, Moraes, acompanhado dos tenentes Benedito Souza e Genilson Sachi Anônimo de Ávila, percorreu o centro da cidade de Pontes e Lacerda com outros policiais, solicitando que as pessoas evitassem aglomerações.

"Essa é uma medida preventiva para que não haja acidentes e nem confrontos durante esses dias com a presença de tantos garimpeiros", diz o tenente Souza. Somente em Pontes e Lacerda foram deslocados 50 PMs para garantir a segurança da população. Nas cidades vizinhas, o policiamento também foi reforçado. (N.F.)

Órgãos ajudam no transporte para cidades

Enviado Especial

Milhares de garimpeiros tiraram o pé da lama, colocaram a mochila nas costas e seguiram viagem para as suas cidades. A preocupação dos órgãos estaduais envolvidos na "Operação Sararé II" é evitar que os "invasores" da Reserva Sararé fiquem em Pontes e Lacerda.

No sábado à tarde, dois ônibus lotados levaram garimpeiros para cidades vizinhas. O acampamento provisório foi montado no Parque de Exposição de Pontes e Lacerda, onde muitos garimpeiros recebem alimentação.

Para quem não tem condições de retirar o maquinário da reserva dos índios, a Fundação Nacional do Índio (Funai) está providenciando o transporte dos motores e mangueiras utilizadas para explorar o ouro no garimpo.

No final de semana, dezenas de garimpeiros que não tinham dinheiro nem para chegar até Pontes e Lacerda, montaram barracas às margens da MT-070. A Defesa Civil e a Polícia Militar deverão transportá-los ainda hoje para a cidade. (N.F.)

Polícia Federal age com rigor

Nelson Francisco

Enviado Especial



Soldados da PF explicam aos garimpeiros a operação de desintração da área



Em Pontes e Lacerda, PMs pediram para garimpeiros ficarem em casa

Reserva já passou por desintração em julho

Enviado Especial

A operação da Polícia Federal na Reserva Indígena Sararé é decorrente da mais recente ação civil pública aberta em 1993 pelo Procurador da República em Mato Grosso para a retirada dos invasores e apuração de roubo de madeiras na área. A ação movida pela Procuradoria culminou na identificação de 31 réus, acusados de participação direta ou indireta no roubo de madeiras da reserva. O mogno e a cajeira foram os dois tipos de madeira mais explorados na reserva indígena.

Depois da emboscada que aconteceu no dia 16 de outubro do ano passado, o juiz da 1ª Vara Federal, Alexandre Jorge Laranjeira, responsabilizou, em despacho, o governo federal pelo abandono da Reserva Indígena Sararé, localizada no município de Pontes e Lacerda, a 540 quilômetros de Curitiba. Ele chegou inclusive a destacar a "escandalosa omissão" do Executivo Federal, ao deixar de garantir a proteção necessária aos índios.

A reserva dos índios Nhamikwaras foi criada pelo decreto 8.360 de 20 de outubro de 1993 e publicada no "Diário Oficial" no dia 21. De lá para cá, os índios se sentiram encurralados com a entrada do grande número de garimpeiros em busca do ouro. A febre do mineral provocou uma corrida e veio gente dos Estados do Pará, Tocantins, Goiás e de vários municípios mato-grossenses.

A Polícia Federal fechou no final de semana 12 garimpos instalados dentro da Reserva Indígena Sararé. Armados de revólveres e metralhadoras, os policiais percorreram todos os garimpos numa área de 67.420 determinando a expulsão de mais de oito mil garimpeiros. Após fechar o cerco em cada área de exploração do mineral, eles deram tiros para o alto a fim de chamar a atenção dos invasores. No "Ferrugem III", os agentes estouraram três motores depois que os garimpeiros fugiram e se recusaram a desligar as máquinas.

Antes mesmo da ação da PF, muitos invasores já tinham deixado a área. Os garimpeiros da reserva indígena terão um prazo até o dia 15 deste mês para retirar o maquinário. Caso contrário, a PF vai apreender as máquinas. Desde o último sábado, os garimpos da reserva estão proibidos de funcionar.

O trabalho de orientação está sendo feito por 15 policiais chefiados pelo delegado Mário Senprine. Amanhã, desembarcam em Pontes e Lacerda mais 90 agentes que irão reforçar o efetivo para o trabalho de repressão. Eles farão um voo vespertino de helicóptero para verificar se as dragas e os garimpeiros ainda continuam na área.

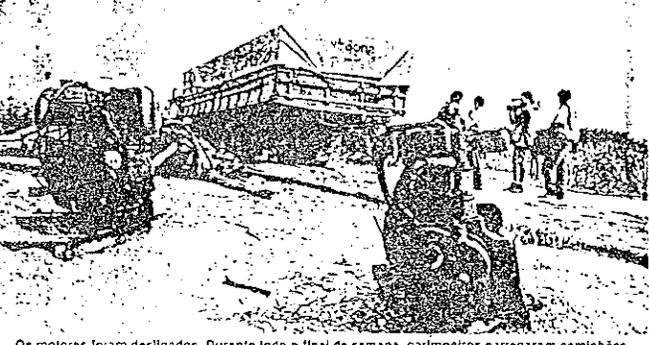
Os policiais chegaram no primeiro garimpo, o "Areal", a 20 quilômetros de Pontes e Lacerda por volta do meio-dia de sábado. Eles vieram acompanhados do superintendente da Polícia Federal em Mato Grosso, Cláudio Luiz da Rosa, e o secretário de Segurança Pública do Estado, Hildário Mozer. O secretário fez questão de ir até o primeiro garimpo para deflagrar definitivamente a "Operação Sararé II", que estava prevista para o dia 10, mas foi adiada para o dia seguinte.

"A partir do dia 15 poderemos

usar a força se for preciso para quem não sair da área", disse o superintendente, acreditando que toda a operação será pacífica. A recomendação repassada para os policiais nesta primeira fase da operação é para dialogar com os garimpeiros, avisando-os que serão obrigados a deixar a área. "É apenas uma orientação já proibindo o funcionamento das máquinas".

Temendo uma reação por parte dos policiais, após o diálogo, os garimpeiros aceitaram sair da área. Muitos já estão fretando caminhões para retirar o maquinário (ver matéria no lado). A "Operação Sararé II", nestes três dias, está sendo pacífica e não houve até o momento nenhum conflito.

Para chegar até os garimpos, os policiais são obrigados a enfrentar uma estrada aberta por madeiros no meio da floresta. No trecho entre o garimpo "Ferrugem III" até o "IV", só é possível andar de trator. A lama e os córregos e até leteiros de rio chegam à cintura.



Os motores foram desligados. Durante todo o final de semana, garimpeiros carregaram caminhões

Fiscalização será permanente

Enviado Especial

Depois da retirada definitiva e a completa desintração da área, será executado um programa de fiscalização permanente na Reserva Sararé com cinco agentes da Polícia Florestal que irão fazer vistorias por terra e água. Além disso, será montada uma barreira para evitar a entrada de garimpeiros. A experiência já foi colocada em prática no passado e está provado que a presença física dos policiais inibe a entrada de garimpeiros.

O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis

Naturais (Ibama), Fundação Estadual do Meio Ambiente (Fema) e o Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM) vão fazer vistorias em toda a área para garantir a segurança dos 77 índios Kitaburu, subgrupo Nhamikwaras.

Na aldeia dos índios, tem um chefe no Posto da Funai e uma equipe de agentes de saúde. Será feito ainda, um levantamento das expectativas dos índios para encontrar alternativas econômicas para eles. Segundo o administrador da Funai em Mato Grosso, Ademir Godrin, com a invasão e o processo de aculturação, os índios criaram

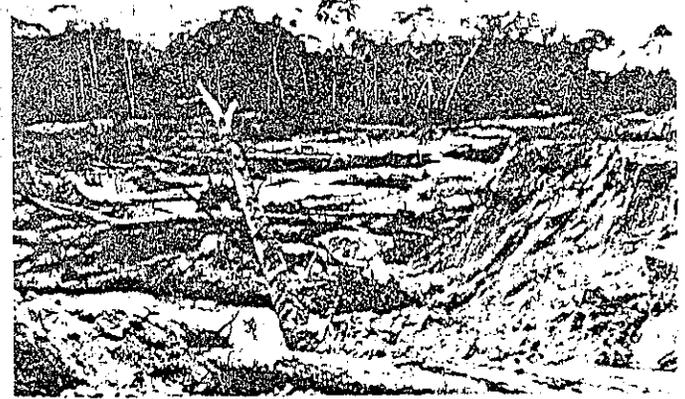
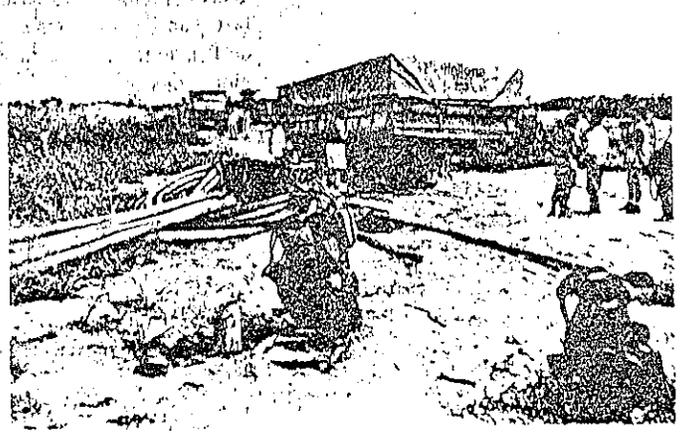
novos hábitos como utilizar fêno de coivinha, arroz de supermercado, refrigerantes e até leite condensado na preparação dos alimentos. Mas, para adquirir esses produtos, eles precisam de uma fonte de renda. "Não se pode aceitar que 20 metros de mogno sejam trocados por quinquilharias como acontece hoje", lembra.

"Se não houver participação do pessoal em torno da reserva não vai resolver o problema", destaca, lembrando que o assunto "preservação da reserva Sararé" terá que ser debatido com a sociedade. (N.F.)

A gazeta
13/1/97
161
com.

Desintrusão de Sararé

13/01/97 A GAZETA



Agentes da Polícia Federal invadem reserva e determinam o fim do garimpo na região. Página 1B

Editorial

Ação para garimpeiros

O trabalho das autoridades policiais em Pontes e Lacerda e região, durante a operação Sararé II, tem sido exemplar. Na reserva, a Polícia Federal age com rigor, mas respeitando a integridade dos garimpeiros. Na cidade, policiais militares evitam aglomerações, recomendam aos garimpeiros que não fiquem nas ruas à noite e tranquilizam os moradores.

Não há motivos para alardes ou medo. A determinação judicial tem que ser respeitada e ponto final. Caso os órgãos envolvidos na ação, dentre eles a Funai e a Fema, cumpram a promessa de manter um policiamento constante na área, bem como um trabalho de acompanhamento aos 80 índios da reserva, certamente não haverá como os garimpeiros retornarem a Sararé. O que não pode acontecer é a repetição dos erros diagnosticados na primeira desintrusão, quando quatro mil garimpeiros foram retirados, mas puderam voltar, escondidos na cegueira e morosidade dos órgãos na ocasião.

Alguns poucos garimpeiros podem até falar em resistências e outras bravatas. Mas são poucos, um número que não reflete a realidade local. Para estes, não deve haver meias palavras. Para os demais, a maciça maioria que atendeu pacificamente o apelo das autoridades, o governo do Estado deve desenvolver ações sociais que possibilitem a estes homens encontrar um novo modo de vida, já que o garimpo de superfície está exaurido em Mato Grosso.

De qualquer maneira, estes garimpei-

ros não podem simplesmente ser jogados em suas cidades de origem. É preciso um cadastro e sistemas de acompanhamentos que possibilitem, pelo menos aos que residem em Mato Grosso, algo concreto em termos de atividades econômicas. A missão do poder público, principalmente o estadual, não é fácil. O governo em crise, a falta de recursos para tocar o Plano de Metas e manter os sistemas básicos de atendimento à população dão uma idéia do alcance que se pode ter para a elaboração de planos novos, mesmo sendo emergenciais.

De qualquer maneira, seria uma pesquisa relevante o levantamento dos dados pessoais de cada um dos garimpeiros. A Secretaria de Saúde, por exemplo, deveria constatar como anda a resistência de cada um desses homens, que ficaram por meses embrenhados na mata. Não será surpresa a constatação de doenças tropicais entre eles. Um trabalho profilático pode evitar problemas futuros.

A Secretaria de Educação também teria condições de verificar o nível de aprendizado dos garimpeiros e talvez elaborar algum projeto de qualificação, em conjunto com a Secretaria de Justiça e Cidadania. A Empaer, com a Secretaria de Agricultura, poderia verificar a disposição de alguns desses trabalhadores em participar de projetos ligados a pequenos produtores. Seria, enfim, uma boa chance para a área social do governo do Estado mostrar operacionalidade e rapidez em suas ações.

Tempo de decidir

Alvaro Perreira

Foi dada a largada para a reeleição do presidente Fernando Henrique. Na próxima terça-feira, 14 de janeiro, a emenda deve ser aprovada pela maioria da comissão especial e, no dia seguinte, pelo plenário da Câmara dos Deputados. Os líderes dos partidos que apoiam o governo já contabilizam entre 320 e 340 votos favoráveis à emenda, quando são necessários apenas 308. O PPB do ex-prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, faz um último esforço para impedir a votação - o recurso ao Supremo Tribunal Federal - mas seus deputados estão divididos. Metade da bancada está com Maluf, a outra metade com o ministro da Indústria e Comércio, Francisco Dornelles, abertamente favorável à reeleição. O PPB argumenta que a dupla convocação extraordinária do Congresso (pelo Executivo e o Legislativo) é ilegal, inconstitucional. Apenas a primeira convocação, a do presidente Fernando Henrique, deveria prevalecer, e ela não se refere à emenda da reeleição.

NO caso do PPB, o recurso ao Supremo é apenas um gesto político, uma última tentativa de manifestar apoio e solidariedade a seu principal líder e candidato à Presi-

tados, até por não fazerem oposição ideológica ao governo, que a súbita condição de deserdados pela sorte (e pelas verbas federais) poderá custar-lhes o mandato nas eleições de 98. Curiosamente, a mesma eleição que terá o presidente Fernando Henrique como candidato (provavelmente favorito) a reeleição, ou seja, a um novo mandato de quatro anos.

Essa perspectiva de ficar fora do poder nos próximos seis anos, até 2002, apavora a maioria dos deputados pebevistas. E preocupa também os deputados do PMDB e do PTB que, contrariados com o governo, ameaçavam votar contra a emenda. Todos reavaliam hoje suas posições e podem rever seus votos na próxima quarta-feira. Como resultado, a reeleição poderá ser aprovada na Câmara por margem de votos superior à esperada, abrindo caminho para vitória ainda mais expressiva no Senado Federal.

Como se vê, os ventos sopram e sopram forte - a favor da reeleição do presidente Fernando Henrique. Quis o destino que a decisão sobre sua permanência no

sais.

Num documento formal pedindo divórcio após 15 anos de casamento, uma mulher londrina alegou que não podia mais viver com o marido porque, entre outras infrações comuns, ele usava fio dental na mesa de jantar e trocava de emissora no rádio do carro dela.

Outras queixas encontradas nos processos de divórcio britânicos: - o marido gasta regularmente até uma hora no telefone, ignorando a mulher e deixando o jantar queimar.

- a mulher insiste em ir dormir mais tarde que o marido e acende a luz na cabeceira quando finalmente se deita, acordando o companheiro.

- a mulher muda o canal da televisão várias vezes quando o marido está tentando assistir a uma partida de futebol e se recusa a entregar o controle remoto a ele.

- o marido reclama que a mulher só prepara jantar de microondas e não refeições de verdade, como a mãe dele costumava fazer.

- a mulher alega que o marido é um incompetente nas tarefas que executa sem parar dentro de casa, construindo peças que acabam desabando.

- a mulher diz que o marido não falou com ela durante um ano porque foi aconselhado por um guru místico a agir assim.

- o marido toda noite faz a contagem de todas as plantas no jardim de maneira obsessiva, anotando quantos brotos aparecem em cada roseira.

- a emissão de gases intestinais do marido forçou a mulher a se mudar para um quarto separado.

- o marido reclama que a mulher se esforça tanto para não ser vista sem maquiagem, que nunca remove do rosto os cremes, pinturas e outros cosméticos, nem para dormir, e ele considera repulsiva a face empastada ao lado na cama

A gazeta
13/1 1997
169

cont.